



Organización Internacional del Café
Organização Internacional do Café
Organisation Internationale du Café

WP Board No. 1008/06

23 agosto 2006
Original: francês

P

Junta Executiva /
Conselho Internacional do Café
25 – 29 setembro 2006
Londres, Inglaterra

**Futuro do Convênio Internacional
do Café de 2001**

Comunicações de Madagascar

Antecedentes

As comunicações sobre o futuro do Convênio de 2001 que se reproduzem a seguir foram recebidas de Madagascar. Com elas, Madagascar atende a uma decisão tomada pelo Conselho Internacional do Café em sua 95^a sessão, segundo a qual os Membros, até 15 de agosto de 2006, deveriam apresentar propostas sobre o futuro do Convênio de 2001.

Ação

Solicita-se à Junta Executiva e ao Conselho Internacional do Café que apreciem este documento.

REPÚBLICA DE MADAGÁSCAR
MINISTÉRIO DA INDUSTRIALIZAÇÃO, DO COMÉRCIO E DO
DESENVOLVIMENTO

Excelentíssimo Senhor
Diretor-Executivo
Organização Internacional do Café
Fax +44 (0) 20 7612 0630

Senhor Diretor-Executivo,

Assunto: Futuro do Convênio Internacional do Café de 2001

Tenho a honra de lhe transmitir, com a presente, as propostas formuladas pelo Setor Público e o Setor Privado (Comitê Nacional de Comercialização do Café) de Madagascar sobre o futuro do Convênio Internacional do Café de 2001.

Com os protestos de minha elevada estima e consideração,

a) Mireille Ratoaveloson
Diretora-Geral do Comércio

Futuro do Convênio Internacional do Café de 2001 Propostas de Madagascar

Como fórum para discussões, a Organização Internacional do Café (OIC) desempenha um papel importante na regulamentação do setor cafeeiro. Em verdade, os benefícios da OIC residem na pesquisa dos interesses comuns dos países Membros, pela instauração:

- de um convênio que promove a concorrência saudável nos mercados mundiais de café, conseguida pela abolição do sistema de quotas;
- de uma política que possibilita promover a cooperação internacional em todas as questões relativas ao café;
- de programas que caracterizam a vontade de se engajar no desenvolvimento do setor cafeeiro.

Além disso, é preciso reconhecer que, após a crise provocada pela queda dos preços do café, a OIC está trazendo novo alento aos exportadores do produto.

Considerando:

- i) que o Convênio de 2001 recentemente entrou em vigor em caráter definitivo e que certos países ainda estão completando seus processos de ratificação;
- ii) que ainda não foram alcançados objetivos estipulados no Convênio tais como incentivar os Membros a desenvolverem uma economia cafeeira sustentável e fomentar programas de informação e treinamento destinados a auxiliar a transferência aos Membros de tecnologias relevantes para o café;
- iii) que diversos programas e projetos estão sendo implementados,

Madagascar ainda não vê a necessidade de negociar um novo Convênio, num processo que exigiria muito tempo, mas favorece, em vez disso, uma prorrogação do Convênio de 2001.

Para haver progresso, contudo, serão necessárias emendas, pois o Convênio dá maior ênfase a aspectos organizacionais e estruturais, quando deveria dar maior ênfase aos meios de alcançar seus objetivos.

Nesse sentido, os seguintes pontos merecem aprimoramento:

- Definição dos critérios de seleção de projetos, bem como das áreas nas quais intervir para possibilitar que os pequenos países Membros se beneficiem;
- Reforço dos elos entre os Membros, para verdadeiramente haver transferência de competências e tecnologias;
- Aumento dos esforços já feitos para prestar assistência técnica aos Membros, sobretudo os que têm dificuldades na produção e comunicação de informações estatísticas para cumprir suas obrigações nesta área;

- Assistência na elaboração de projetos de desenvolvimento do setor cafeeiro tanto nacional quanto internacional;
- Reforço da JCSP para que represente todos os interesses do setor privado;
- Criação de um sistema de financiamento para apoiar a produção;
- Promoção de atividades de processamento do café para aumentar o valor agregado do produto (valorização dos subprodutos do café, ...)
- Intensificação da coordenação das atividades e regras atinentes à sustentabilidade.

Além disso, julgamos que a OIC não deveria se limitar a publicar cifras sobre o volume das exportações e o consumo mundial de café, mas também levar a cabo estudos e análises de mercados, com o objetivo de promover o consumo mundial do café (objetivos 5º e 7º do Convênio).

Madagáscar também apóia os esforços dedicados a pesquisa e desenvolvimento, pois este é o caminho mais curto em direção a uma economia cafeeira sustentável (objetivo 6º). Para tanto, julgamos necessário que os organismos mundiais e nacionais de pesquisa cafeeira coordenem seu trabalho uns com os outros.

Enfim, parece que seria útil cumprir as resoluções existentes antes de encetar novas discussões.

NB: O Centro Nacional de Comercialização do Café (CNCC) de Madagáscar, organismo privado que reúne todos os exportadores de café, também apresentou propostas para a renegociação ou prorrogação do Convênio Internacional do Café de 2001.



Comité National de Commercialisation du Café de Madagascar

**PROPOSTAS APRESENTADAS PELO CNCC
COMO SUBSÍDIO PARA A REFLEXÃO NA ELABORAÇÃO
DO NOVO CONVÊNIO INTERNACIONAL DO CAFÉ**

Um novo Convênio que substituísse o de 2001 deveria, segundo Madagascar, dar ênfase a um equilíbrio mais sustentável entre a oferta e a demanda, para garantir a receita dos países produtores.

Esse novo Convênio – sem cair na armadilha das quotas do final do século 20, e evitando seus efeitos nefastos – deveria de modo geral procurar satisfazer a todos os países produtores, independentemente de seu tamanho ou nível de produção.

As decisões adotadas na 2ª Conferência Mundial do Café em Salvador da Bahia (Brasil) em setembro de 2005 de modo geral deveriam ser levadas em conta, em particular com referência ao seguinte:

- Criação de um sistema de financiamento capaz de sustentar a produção (favorecer microfinanciamentos ou associar créditos a subvenções indiretas);
- Incentivo às iniciativas para desenvolver o consumo interno de café nos países produtores de consumo elevado, como o Brasil, a Etiópia e Madagascar. Essas iniciativas deveriam ser implementadas com a assistência de financiamentos multilaterais ou inter-regionais e poderiam ser um meio de desenvolver o comércio entre países produtores. Na realidade, os países produtores que também são consumidores poderiam importar café dos países produtores não-consumidores para consumir, e exportar o melhor de sua produção.
- Além disso, os resultados dos estudos levados a cabo por muitos pesquisadores para provar não só a não-nocividade do café, mas também seus benefícios na prevenção ou cura de certas doenças, como o mal de Parkinson ou o diabetes, deveriam receber ampla cobertura nos meios de comunicação;
- Promover as atividades de processamento de café, para conseguir um aumento significativo de seu valor agregado. Se todos os participantes da Conferência de Salvador reconhecem que a necessidade de elevar a qualidade do café de exportação exige esforços dos países produtores, providências sérias deveriam ser tomadas pelos países importadores para ajudar os produtores nesse sentido. Por exemplo, é urgente e necessário que os produtores e consumidores façam

um grande esforço conjunto para desenvolver a publicidade genérica do café nos países consumidores, onde a publicidade de massa ou as embalagens de marca tendem a banalizar a imagem do produto.

Esse esforço seria muito proveitoso para os países produtores, pois o aumento do consumo de café na Europa oriental e na Ásia (China) traria benefícios a todos eles coletivamente, em vez de individualmente, dadas as dimensões dessa demanda potencial;

- Necessidade de coordenar os esforços dos países produtores em favor de uma nova visão do mercado mundial de café. Essa nova visão poderia inspirar os produtores a combater todas as modalidades de barreiras tarifárias e não-tarifárias, que entravam o comércio mundial de café, representando, além disso, uma grave ameaça ao consumo, quando se sabe que 19% da população mundial consomem 1 xícara ou mais de café por dia, enquanto que 61% só consomem 1 xícara por semana. Esse quadro dá uma idéia do enorme potencial que existe para os produtores nos próximos anos.

Nas presentes circunstâncias, isso pressupõe que o nível da produção atual deve ser mantido e que um aumento de produção deve ser absolutamente evitado.

Convém assegurar uma melhor organização dos produtores (em cooperativas, por exemplo).

Isso também pressupõe uma melhora da gestão de risco e, enfim, o processamento dos cafés na origem.